

CORPO A CORPO

**CELSO DE MELLO**

*'Fui em nome do Supremo'*

• O presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, reagiu, indignado, à declaração do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, de que ele teria defendido a manutenção de privilégios para os magistrados. Mello disse que foi ao Senado levar a preocupação do STF com os rumos da reforma da Previdência.

Isabel de Paula

**O GLOBO:** *O senhor pediu ao presidente do Senado que os privilégios fossem mantidos?*

**CELSO DE MELLO:** O presidente do Senado tem razão quando diz que fui ao Senado, mas não fui lá defender interesses corporativos da magistratura, mesmo porque pessoalmente sou contra.

• *Não houve atitude dúbia da sua parte?*

**MELLO:** Minhas declarações não têm qualquer ambigüidade. Foi cumprir com o mandato que me foi imposto pela maioria do Supremo de transmitir a sua posição institucional.

• *Indiretamente o senhor está criticando a decisão do Senado.*

**MELLO:** Minha manifestação foi de indignação, sim, ao pleito das entidades da magistratura. Os juízes devem ser cidadãos como quaisquer outros, não podem reivindicar privilégios que ofendem nosso senso de justiça. Eles devem estar sujeitos ao tratamento dispensado aos milhões de trabalhadores privados e servidores públicos.

• *O STF legitima a atitude corporativa dos magistrados?*

**MELLO:** O Poder Judiciário não pode converter-se em corporação de juízes. O Supremo não é uma entidade de classe, mas sim uma instituição pública a quem não incumbe sustentar a defesa de privilégios funcionais.

• *Por que o presidente do Senado reagiu tão fortemente às suas críticas?*

**MELLO:** Não sei o que o levou a achar que fiz críticas ao Senado. A grande virtude do regime democrático é a de podermos ter liberdade de pensamento, sobretudo quando ele é expressado de maneira leal, clara e sem qualquer ambigüidade. Pertença a uma geração que sofreu restrições da ditadura militar, que viu suprimidos seus direitos. Num momento em que o Brasil vive em situação plena de normalidade institucional, é preciso exaltar as excelências do regime democrático. O presidente do Supremo não pode se manter alheio a uma processo como este.

• *Se o Congresso aprovar a aposentadoria privilegiada dos magistrados e o presidente sancionar a lei, caberia a arguição da inconstitucionalidade por tratamento diferenciado?*

**MELLO:** Prefiro não falar sobre isso porque o Supremo poderá ser chamado a se pronunciar sobre o assunto. Acho que é prematuro falar sobre isso.

• *Hoje se completam mil dias sem que os servidores públicos tenham reajuste. O Supremo não vai dar prioridade à votação dos 28%?*

**MELLO:** Acho que até meados de outubro o assunto poderá ser examinado.